

Críticas às indefinições do governo

GAZETA MERCANTIL

14 JUN 1985

Economia - Brasil

por José Casado
de São Paulo

Críticas às indefinições do governo na política econômica, em especial ao "congelamento" de preços industriais numa conjuntura de juros livres e altos, e, também, às iniciativas oficiais para rápida realização de uma reforma agrária e de mudanças na Lei de Greve marcaram a agenda de duas importantes reuniões de líderes empresariais, realizadas ontem, em São Paulo e em Brasília.

Ao sentar-se à mesa para um frugal almoço com 25 presidentes de companhias estrangeiras e nacionais, no Centro Empresarial de São Paulo, ontem, o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, ouviu um rosário de críticas às "indecisões" do governo na política econômica.

O presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, por exemplo, considerou "insuportável" a manutenção por muito mais tempo do atual sistema de controle de preços

industriais. As empresas estão trabalhando no vermelho há muito tempo, lembrou Sauer, e isso tende a afetar suas estratégias de investimento. Laerte Setúbal Filho, vice-presidente da Duratex, repetiu o protesto.

O ministro Gusmão considerou "natural" a reação dos empresários, mas fez questão de deixar claro que "governo e empresários estão trabalhando unidos com o mesmo objetivo: derrubar a inflação e os juros". Argumentou ser indiscutível que os juros internos já começaram a cair, "embora ainda não tenham chegado ao nível desejado". E confirmou a disposição do governo para, nos próximos quarenta dias, modificar a política de controle de preços industriais.

Pelo novo sistema, segundo o ministro, o governo deverá autorizar reajustes de preços do setor privado com base na inflação futura. Advertiu, porém, que os empresários devem "manter sua contribuição", não procurando recuperar margens perdidas no primeiro semestre.

Participaram, entre outros, presidentes dos grupos Sanbra, Mesbla, Arno, Brasmotor, Alpargatas, Café Cacique, Bradesco, Refinações de Milho Brasil, Kibon, Siemens e Souza Cruz. De forma geral, os empresários manifestaram-se muito preocupados com a perspectiva de implantação de uma reforma agrária e de uma nova lei de greve sem um amplo e prévio debate. Mas saíram satisfeitos com a decisão de Gusmão de submeter a uma discussão antecipada o projeto de política industrial de seu ministério.

sentar substitutivos aos projetos de lei da Reforma Agrária e da Lei de Greve. Chegaram, também, ao consenso de que o governo terá de introduzir mudanças na política econômica, no curto prazo, para flexibilizar o controle oficial de preços e baixar as taxas de juros.

Algumas entidades subordinadas às quatro confederações já se mobilizam nesse sentido. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, decidiu enviar, por escrito, um apelo a cada líder partidário, aos presidentes da Câmara e do Senado, aos ministros da área econômica e ao próprio presidente José Sarney para retardamento da discussão e votação do projeto de mudanças na Lei de Greve.

Mas, hoje, o presidente Sarney terá oportunidade de ouvir os argumentos dos empresários de forma direta, na reunião que terá com dez líderes privados de todo o País. Alguns desses, como Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, passaram os últimos dias estudando com afinco a melhor forma de apresentar suas críticas e sugestões.

Coincidentemente, essas mesmas preocupações dominaram a reunião dos presidentes das Confederações Nacionais da Indústria, Comércio, Agricultura e da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Há três meses Albano Franco, da CNI, Antônio Oliveira Santos, da CNC, Flávio Brito, da CNA, e Roberto Konder Bornhausen, da Febraban, reúnem-se para debater os problemas da política econômica, num "fórum" informal que funciona, na prática, como uma espécie de central única empresarial.

Ontem, em Brasília, os quatro presidentes dessas entidades nacionais concluíram que será necessária uma ação conjunta sobre o Congresso e o Executivo para, se possível, apre-